

**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE - UniRV
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ROSINEIDE DE JESUS

**DESEMPENHO NO ENADE: COMPARAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES
PÚBLICAS E PRIVADAS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO
BRASIL**

**RIO VERDE, GOIÁS
2017**

ROSINEIDE DE JESUS

**DESEMPENHO NO ENADE: COMPARAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E
PRIVADAS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado à Banca Examinadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV), como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof^o. Me. Ricardo Neves Borges

RIO VERDE, GOIÁS

2017

Ficha Catalográfica

JESUS, Rosineide.

Desempenho no Enade: Comparação das Instituições Públicas e Privadas do Curso de Ciências Contábeis no Brasil / Rosineide de Jesus. - Rio Verde. - 2017. 42f.

Trabalho de Conclusão de Curso II (Graduação) apresentado à

Universidade de Rio Verde – UniRV - Faculdade de Ciências Contábeis,
2017.

Orientador: Prof.º Me. Ricardo Neves Borges

1. ENADE. 2. Desempenho. 3. Instituições Públicas e Privadas. 4. Ciências Contábeis.

Bibliotecária Responsável:

ROSINEIDE DE JESUS

**DESEMPENHO NO ENADE: COMPARAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES
PÚBLICAS E PRIVADAS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado a Banca Examinadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV), como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.


Rio Verde, Goiás, 19 de junho de 2017

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Ricardo Neves Borges
Universidade de Rio Verde (UniRV)

Profª. Eliene Aparecida de Moraes
Universidade de Rio Verde (UniRV)



Profª. Esp. Fernanda Sousa Marques
Universidade de Rio Verde (UniRV)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter chegado até aqui. Foi por essa força divina que consegui superar todas as dificuldades e nunca desistir da realização do meu objetivo de conquistar o meu primeiro curso de graduação em nível superior.

Agradeço a minha família, que foi o meu alicerce e me motivou para que eu pudesse alcançar o meu objetivo, em especial meu esposo Nelson, que sempre esteve ao meu lado me dando força e inspiração; a minha filha Maria Letícia, que me motivava dizendo que eu era sua inspiração e também a minha pequena Sofia, que por anos me acompanhou até a faculdade, mesmo estando cansada.

Agradeço a minha mãe, Maria Joana, que embora à distância, sempre me apoiou e me incentivou através dos seus conselhos e de suas demonstrações de fé.

Agradeço a minha irmã Rosirene e minha sobrinha Leonarda, por aceitarem cuidar da minha Sofia nos momentos em que precisei, para me dedicar aos estudos.

Agradeço a todos os docentes, que no decorrer do curso transmitiram seus conhecimentos, proporcionando a minha preparação profissional, para que eu possa me inserir no mercado de trabalho.

Agradeço a orientadora do TCC I, Professora Vânia Pagliari Cruz, que me ajudou na escolha do tema e sempre esteve disponível para esclarecer todas as minhas dúvidas.

Agradeço ao orientador do TCC II Prof^o. Me. Ricardo Neves Borges, que aceitou me orientar mesmo o trabalho estando em andamento, e através de seus conhecimentos e da sua orientação, consegui realizar este trabalho.

Agradeço a todas as minhas amigas, que durante a minha jornada acadêmica sempre estiveram ao meu lado, compartilhando conhecimentos, dificuldades e alegrias.

RESUMO

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) tem como propósito a avaliação do rendimento da aprendizagem dos estudantes do ensino superior, desde o seu ingresso até a conclusão do curso. O presente estudo tem como objetivo apresentar a diferença do desempenho das instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas. A pesquisa delimita-se à verificação dos resultados da evolução do desempenho do curso de Ciências Contábeis, a partir dos resultados dos exames do ENADE nos anos de 2006, 2009, 2012 e 2015. A pesquisa classifica-se como descritiva e quanto aos procedimentos técnicos, utilizou-se o método bibliográfico. Quanto à abordagem, aplicou-se o método quantitativo e para a coleta de dados o método da pesquisa indireta. Conclui-se, de modo geral, que a análise da evolução do desempenho demonstra que as instituições Públicas apresentam melhor desempenho do que as Privadas nos conceitos 1, 2 e 3, com uma média de 50,2% de participação. Enquanto as Privadas obtiveram uma média de 71,33% e na faixa de conceito 4 e 5, as Públicas aparecem com a média de 41,88% de participação, enquanto as Privadas perfazem 15,8% de média de participação.

Palavras-chave: ENADE. Desempenho. Instituições Públicas e Privadas. Ciências Contábeis.

ABSTRACT

The National Exam of Students' Development (*Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, ENADE*, in Portuguese) aims to evaluate the learning performance of university students, from their entrance until the conclusion of the course. The present study aims to present the difference in performance of Public and Private Universities. The research verifies the results of the performance evolution in Accounting Sciences course, from the results of *ENADE* exams in the years of 2006, 2009, 2012 and 2015. The research is classified as descriptive and concerning technical procedures, bibliographic method has been used. Concerning the approach, the quantitative method has been implemented and to the data collection, the indirect research method. It is concluded, on the whole, that the analyses of development's evolution demonstrate that Public institutions present better performance than Private ones in concepts 1, 2 and 3, with an average of 50,2% of participation. Whereas Private institutions had an average of 71,33% and concept 4 and 5, Public ones had an average of 41,88% participation, and the Private institutions had 15,8% average of participation.

Key words: *ENADE*. Development. Public and Private Institutions. Accounting Sciences.

LISTA DE ABREVIATURAS

- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
- ENC - Exame Nacional de Cursos
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IES - Instituto de Ensino Superior
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- MEC - Ministério da Educação
- PNE - Plano Nacional de Educação
- SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	10
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.3 OBJETIVOS	12
1.3.1 Objetivo geral.....	12
1.3.2 Objetivos específicos.....	12
1.4 JUSTIFICATIVA	12
1.5 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: do SINAES ao ENADE	14
2.1.1 Ensino superior público e privado.....	15
2.1.2 SINAES: Conceito e Objetivo.....	17
2.1.3 ENADE: Conceito e Objetivo	18
2.2 PROFISSIONAL CONTÁBIL	19
2.2.1 Ética Profissional.....	20
2.2.2 Código de Ética Contábil	21
3 PROCEDER METODOLÓGICO	23
3.1 QUANTO AO OBJETIVO	23
3.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS	23
3.3 QUANTO AO MÉTODO DE ABORDAGEM.....	24
3.4 QUANTO À TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	24
3.5 POPULAÇÃO, AMOSTRA, PERÍODO DE COLETA DE DADOS E INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	25
3.6 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	25
4 RESULTADO E DISCUSSÕES	27
4.1 INSTITUIÇÕES DE ENSINO	27
4.2 DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES NO ENADE	28
4.2.1 Desempenho das Públicas	29
4.2.2 Desempenho das Privadas	29
4.2.3 Comparação do desempenho das Públicas X Privadas	31
4.2.3.1 Análise referente à faixa de conceitos 1, 2 e 3.....	31

4.2.3.2 Análise referente à faixa de conceitos 4 e 5	33
4.2.3.3 Evolução das Instituições Públicas e Privadas	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com relatórios do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o curso de Ciências Contábeis figura entre os dez maiores cursos de graduação do país. Ainda conforme o mesmo relatório, no ano de 2009, somando as inscrições em cursos à distância e presenciais, as matrículas totalizam 235.274, representando 4% do total de acadêmicos daquele ano (BRASIL, 2010).

Com a constante elevação na quantidade de novas Instituições de Ensino Superior no Brasil, o governo, através do Ministério da Educação (MEC), implantou um sistema de avaliação com a finalidade de aferir a qualidade da educação nessas instituições, levando em conta o fato delas serem responsáveis pela formação dos profissionais que irão atuar no mercado de trabalho. Dessa maneira, surgiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com a finalidade de avaliar as Instituições de Ensino Superior (IES), os cursos de graduação e o desempenho dos estudantes. Salienta-se que o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) integra a estrutura do SINAES e tem como objetivo a avaliação do rendimento da aprendizagem dos estudantes, desde o seu ingresso até à conclusão do curso (CITTADIN; RITTA, 2010).

Nesse contexto, em 2004 o INEP passou a adotar uma nova forma de avaliação dos discentes do ensino superior, denominado Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que é um indicador de qualidade cujo objetivo principal é avaliar o desempenho dos discentes do ensino superior (BRASIL, 2011a).

Para o ENADE, é importante medir o nível de aprendizado dos discentes, avaliar também o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional que fora adquirido pelo acadêmico. Como objetivo secundário, o ENADE busca também avaliar a qualidade dos cursos e das instituições de todo o Brasil (BRASIL, 2011a).

Dessa forma, Cittadin e Ritta (2010) acreditam que a aplicação do ENADE aos alunos ingressantes, bem como aos concluintes, pode influenciar as Instituições de Ensino Superior no

aprimoramento dos seus processos de ensino e aprendizagem e fornecer-lhes subsídios para a revisão dos seus currículos e métodos de ensino.

Ainda é válido ressaltar que o ENADE é item curricular obrigatório dos cursos superiores, tanto das instituições públicas quanto das privadas, e deve constar no histórico escolar de todo acadêmico, observando todas as especificidades apresentadas pela Portaria Normativa do Ministério da Educação nº 40/2007 (BRASIL, 2011a).

Entende-se como Instituições de Ensino Superior Públicas aquelas mantidas pelo poder público, sejam elas Federal, Estadual ou Municipal. Uma característica forte dessas faculdades é que, como as mesmas são financiadas pelo Estado, não cobram mensalidade ou matrícula (CURY, 1992).

Já quanto às Instituições de Ensino Superior Privadas, Cury (1992) diz que elas são administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, atuando com ou sem finalidade de lucro, sendo que, as sem fins lucrativos, são representadas pelas comunitária, confessional e filantrópica.

Atingir um conceito elevado no ENADE beneficia todos os alunos que naquela instituição estudaram, uma vez que o nome da instituição sempre ficará atrelado a seu histórico profissional, e na ótica da sociedade isso significa que o ensino é de qualidade e, conseqüentemente, os discentes se tornarão bons profissionais preparados para enfrentarem o mercado de trabalho (LIGIERA, 2013).

A contabilidade é responsável por registrar atos e fatos no âmbito empresarial, assim como elaborar demonstrativos que mostrem como a empresa se encontra. Dessa forma, com uma contabilidade bem elaborada e confiável, o gestor passa a ter uma melhor base para tomar suas decisões, tornando-se possível encontrar informações úteis e necessárias para seus usuários (SIMÕES, 2015).

Mediante a isto, existe a necessidade de se formar profissionais capazes de corresponder às atuais exigências impostas pelo mercado, o que torna relevante analisar se há diferença no ensino público e privado com base no desempenho obtido no ENADE.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Este projeto apresenta a seguinte problemática de pesquisa: Qual a diferença no desempenho do curso de Ciências Contábeis nas Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas, em conformidade com os resultados obtidos no ENADE nas edições de 2006, 2009, 2012 e 2015?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

A pesquisa tem, como objetivo geral, apresentar a diferença no desempenho do curso de Ciências Contábeis nas Instituições de Ensino Superior Públicas e as Privadas, conforme o ENADE.

1.3.2 Objetivos específicos

Para atendimento do objetivo geral da pesquisa, adotar-se-ão os seguintes objetivos específicos:

- Discorrer sobre a Educação Superior no Brasil, conceito e função do SINAES e conceito do ENADE, assim como a profissão contábil e seu código de ética;
- Comparar os resultados das instituições Públicas e Privadas quanto ao conceito ENADE.

1.4 JUSTIFICATIVA

Conforme relatórios, o ENADE tem como objetivo principal medir o nível de aprendizado dos discentes e avaliar o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias ao aprofundamento da sua formação geral e profissional. E, como objetivo secundário, o ENADE busca avaliar a qualidade dos cursos e das instituições de ensino superior de todo o Brasil (BRASIL, 2011a).

Diante disso, avaliar a evolução do desempenho no ENADE é importante, pois, através da divulgação dos resultados auferidos, as Universidades podem verificar se os seus programas de estudos, implementados para a obtenção de resultados positivos nessa avaliação, estão sendo eficazes, bem como proporciona aos acadêmicos e à sociedade em geral informações de como está sendo o desempenho e a qualidade de ensino das universidades.

A comparação do desempenho no curso de Ciências Contábeis é importante para as pessoas que pretendam obter essa formação profissional, para as Instituições de Ensino Superior, que são encarregadas de formar esses profissionais e também para o governo, ao qual cabe a missão de elaborar as diretrizes básicas curriculares com observância às necessidades apresentadas por uma sociedade que está em constante mudança.

O presente trabalho possui relevância, pois demonstra a percepção da realidade do curso de Ciências Contábeis, utilizando como fonte de pesquisa os resultados dos exames do ENADE. Dessa forma, permite a identificação de possíveis deficiências, bem como o planejamento de ações voltadas para o melhoramento dos processos e da qualidade do ensino.

1.5 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Esta pesquisa delimita a verificação dos resultados da evolução do desempenho do curso de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas do Brasil, reconhecidas ou autorizadas pelo MEC, a partir dos resultados dos exames aplicados pelo ENADE nos anos de 2006, 2009, 2012 e 2015.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico serão apresentados os itens teóricos que tratam dos conceitos do ENADE, assim como das definições de SINAES e, também, discorrer brevemente sobre o histórico do Ensino Superior no Brasil, assim como a profissão contábil e seu código de ética.

2.1 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: do SINAES ao ENADE

Segundo Cunha (2000), a primeira Escola de Ensino Superior instalada no Brasil é datada de 1550, instalada em Salvador, que na época era a sede do governo e era comandada pelos Jesuítas. Todavia, logo após a fundação dessa foram criadas outras 17 escolas, instaladas em todo o Brasil, destinadas a qualquer estudante.

Sendo assim, nas primeiras décadas da República várias transformações aconteceram na educação, deixando, assim, essa época marcada pela admissão e a multiplicação das faculdades (CUNHA, 2000). Porém, para Franco (2008), há de se considerar que o Ensino Superior no Brasil iniciou sua organização de forma mais sistemática somente a partir do ano 1934, com a fundação da Universidade de São Paulo, evento esse que representa uma condição de história recente no cenário educacional.

Cacete (2014) afirma que, no início da Universidade de São Paulo, foram previstos apenas três cursos iniciais, sendo: Filosofia, Ciências e Letras. Concebidos assim em seu princípio, negou a formação de professores no seu quadro. Entretanto, por razões de força maior, o curso de formação de professores secundários do Instituto de Educação de São Paulo logo foi incorporado à universidade.

Severino (2008) diz que o modelo universitário nacional se desenvolveu através da combinação de dois traços fundamentais, sendo eles: o caráter privado de sua dependência administrativa e a sua natureza de instituição isolada. Ainda conforme o mesmo autor, das 2.165 instituições que se encontravam registradas pelo Cadastro do INEP, no ano de 2005, apenas 231 delas eram públicas, o que corresponde a 10,7% do total. Porém, se comparado com o ano de 1996, o número de instituições dobrou, visto que naquele ano existiam 922 entidades cadastradas, das quais 211 eram públicas e 711 particulares.

Contudo, para que essa evolução continue, Jahn (2011) diz que é necessário que tenha um aumento significativo dos egressos no Ensino Médio, pois conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Brasil, somente 37% dos jovens entre 18 e 24 anos chegam a completar essa etapa de ensino, e desse total, apenas 14,6% de fato ingressam em uma faculdade. O mesmo autor ainda destaca que o número de egressos do Ensino Médio, na mesma faixa etária em outros países, fica entre 79 a 89%.

De olho nesse crescimento, o país tem criado uma infinidade de projetos visando aumentar a taxa bruta de matrículas nas Instituições de Ensino Superior, entre eles está o Plano Nacional de Educação (PNE), que tem por objetivo principal a criação de metas a serem alcançadas nos próximos 10 anos e, entre elas, diversas são em relação ao Ensino Superior (LIMA; RAMOS, 2013).

Por fim, Franco (2008) afirma que as escolas de Ensino Superior não podem apenas serem vistas como uma forma de ascensão profissional, ou como única possibilidade de formação imediatamente para a totalidade de seus alunos, essas devem também serem apresentadas como uma grande referência de parceria, colaboração e melhoria do funcionamento da educação básica, principalmente através dos projetos de extensão e pesquisa.

2.1.1 Ensino superior público e privado

Com a independência política em 1822, não houve mudança no formato do sistema de Ensino Superior no Brasil, nem quanto à sua ampliação ou à sua diversificação. Dessa forma, a elite não via vantagens na criação de universidades, desinteresse esse notado pelo fato de que houve 24 projetos propostos para criação de universidades no período compreendido entre 1808 e 1882, e nenhum foi aprovado (DAFLON; FERES JÚNIOR; CAMPOS, 2013).

Até o final do século XIX, existiam apenas 24 Instituições de Ensino Superior no Brasil, nas quais encontravam-se matriculados cerca de 10.000 estudantes, desde então, a iniciativa privada começou a investir e criar suas próprias Instituições de Ensino Superior. Essa iniciativa surgiu das elites locais, juntamente com as confessionais católicas (DAFLON; FERES JÚNIOR; CAMPOS, 2013). Sendo assim, o sistema educacional do Estado de São Paulo promoveu a primeira grande ruptura com o modelo de escolas submetidas ao controle do governo central, com a criação dos cursos de Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica, que hoje é a atual Universidade Mackenzie, que é confessional presbiteriana. Essa expansão se deu de

forma tão rápida que, em 1920, o país já possuía 133 instituições de ensino (CORBUCCI; KUBOTA; MEIRA, 2016).

Para Martins (2002), tal evolução só foi literalmente explicitada no ano 1933, quando se passou a contar com as primeiras estatísticas sobre a educação, em que notou-se que as instituições privadas somavam 64,4%, e as públicas 43,7% das matrículas do Ensino Superior. Ainda conforme o mesmo autor, esse crescimento continuou em evidência até na década de 1960, em que a população do país passou de 41,2 milhões para 70 milhões (crescimento de 70%), enquanto que as matrículas no Ensino Superior triplicaram.

Quanto à proporção de jovens na faixa de idade entre 20 e 24 anos que ingressam o Ensino Superior, tanto em instituições públicas quanto em privadas, esta correspondia a 11,4%, conferindo ao Brasil o 17º lugar entre os países latino-americanos, superando apenas a Nicarágua e Honduras, o que não era uma posição confortável para o país (MARTINS, 2002).

Cury (1992) afirma que Instituições de Ensino Superior Públicas podem ser conceituadas como aquelas mantidas pelo poder público, seja ele Federal, Estadual ou Municipal, em que as mesmas são financiadas pelo Estado e não há cobrança de mensalidade ou de matrículas.

Já as Instituições de Ensino Superior Privadas são aquelas credenciadas junto ao MEC e que são administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, trabalhando com ou sem finalidade de lucro, em que as sem fins lucrativos são representadas pelas instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas. O autor ainda diz que há diferenciação na qualidade de ensino de ambas (CURY, 1992).

As instituições públicas e privadas são frequentemente combinadas com outras variáveis para caracterizar a heterogeneidade do Ensino Superior no Brasil, porém verifica-se uma tendência de desenvolvimento maior das de iniciativa privada (SAMPAIO, 2013).

Outra tendência verificada no setor privado nos últimos anos é a da redução dos custos, os gestores verificaram que, como a operação se realiza em grande escala e de forma padronizada, é possível reduzir os seus custos e cobrar menos dos alunos, o que tem levado à diminuição das mensalidades e conseqüente expansão dessas instituições (SAMPAIO, 2013).

Por outro lado, Costa e Cochia (2013) afirmam que o maior crescimento das instituições públicas se deu de forma mais intensa nas décadas de 60 e 70, e continuou essa evolução, mas de forma moderada, até a década de 90. A partir daí, seu crescimento foi ofuscado pelas de

Ensino Privado, principalmente nas áreas de maior concentração populacional das regiões Sul e Sudeste.

Comparando os resultados do ENADE 2012 do curso de Ciências Contábeis, notou-se que, nessa edição, fica nítida tal diferença, que contou com a participação de 57.248 acadêmicos, 82,2% desses estudavam em instituições privadas, e 17,8% em instituições públicas, cujas instituições públicas apresentaram nota maior que as privadas, sendo 36,8 e 34,1, respectivamente (BRASIL, 2012).

2.1.2 SINAES: Conceito e Objetivo

Em consonância com Polidori, Marinho-Araujo e Barreyro (2006), as primeiras avaliações da Educação Superior no Brasil ocorreram na década de 70, assim que houve a necessidade de avaliar cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado. Essa avaliação era realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ainda de acordo com a linha de pensamento dos mesmo autores, esse método de avaliação perdurou até a década de 90, quando houve a inclusão do Exame Nacional de Cursos (ENC), o “Provão”, como forma de avaliação de desempenho.

Bittencourt et al. (2008) afirmam que o Exame Nacional de Cursos (Provão), foi aplicado de 1996 a 2003, a amostra era composta pelos estudantes formandos de graduação, e foi a primeira tentativa de avaliar o processo de ensino-aprendizagem de cursos de várias áreas. Em uma edição, no ano de 2003, houve a participação de mais de 470 mil formandos de 6,5 mil cursos e 26 áreas. Diaz (2007) atribui o fim do “Provão” devido à ineficiência no que ele propunha.

Destarte, no ano de 2004, houve diversas reuniões na busca da elaboração de uma forma eficiente para a avaliação de desempenho dos cursos superiores. À luz disso, surge então o SINAES (POLIDORI; MARINHO-ARAÚJO; BARREYRO, 2006).

Surgindo através da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o SINAES é composto por três itens: a avaliação das instituições; dos cursos; e do desempenho dos estudantes. Sendo assim, esse método de avaliação tem por objetivo principal avaliar todos os dados que giram em torno nos três tópicos anteriormente mencionados, analisando o ensino, a pesquisa, extensão e a responsabilidade social dentre outros vários aspectos (BRASIL, 2011b).

Silva e Silva (2012) complementam afirmando que o SINAES foi instituído por intermédio da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, aprovada pelo Congresso Nacional e, posteriormente, sancionada pelo Presidente da República, transformada em política de estado. Dessa forma, o desenvolvimento do Sistema se dá através da institucionalização das Comissões Próprias de Avaliação, constituídas por órgãos internos das próprias Instituições de Ensino Superior, as quais coordenam seus processos avaliativos.

Silva e Silva (2012) afirmam ainda que, apesar da metodologia proposta pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior ser considerada inovadora e muito promissora, mesmo assim não está isenta de receber críticas, sejam elas boas ou ruins.

Venturini e Silva (2012) dizem que os especialistas em política educacional, realizando uma abordagem mais crítica, compreendem o SINAES como uma estratégia de aprimoramento da Educação Superior no país, fazendo uso de critérios mais homogêneos desde o credenciamento até a avaliação das Instituições de Ensino Superior.

2.1.3 ENADE: Conceito e Objetivo

Na década de 1990, no uso de suas atribuições legais, o Governo brasileiro adotou um sistema de avaliação dos cursos superiores através da regulamentação da Lei 9.131, de 24 de novembro de 1995, atribuindo ao Ministério da Educação a missão de formular e avaliar a política nacional de educação, visando zelar pela qualidade do ensino e o cumprimento das leis que o regem (SIMÃO et al., 2014). Sendo assim, o Ministério da Educação, criou então o Exame Nacional de Cursos (ENC), que durou até o ano de 2003, e posteriormente, no ano de 2004, com a implantação do SINAES, que objetiva assegurar a avaliação das Instituições de Educação Superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, também foi instituído o ENADE (SIMÃO et al., 2014).

O ENADE pode ser conceituado como o indicador de qualidade, cujo objetivo principal é avaliar as competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional dos acadêmicos e assim atribuir notas para as qualidades dos cursos e instituições de todo o Brasil (BRASIL, 2011a).

Este novo sistema de avaliação que veio para substituir o antigo “Provão”, foi concebido em grande parte para diminuir as críticas dirigidas ao ENC por instituições de ensino e

estudantes e, diferentemente do antigo método de avaliação, neste cada curso será avaliado somente a cada três anos (VENTURINI; SILVA, 2012).

Em conformidade com a Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004, o ENADE é aplicado para estudantes ingressantes e concluintes de cada curso e avalia cada curso de forma trienal. O mesmo decreto ainda deixa claro que o acadêmico pode ser selecionado para realizar o exame, se tiver cumprido até 25% da carga horária total do curso na condição de ingressante, ou, se tiver cumprido no mínimo 70% da carga horária, também poderá ser selecionado para realizar o exame, porém na condição de concluinte.

Sendo selecionado, o discente é obrigado a realizar a prova, sob pena de ficar em situação irregular perante a universidade, uma vez que a participação do acadêmico selecionado é requisito mínimo para o registro da regularidade no histórico escolar, assim como a expedição do diploma pela Instituição de Ensino Superior (MORAES; SANTOS, 2016).

Destarte, através do ENADE, será possível avaliar as instituições mais bem colocadas, o que pode indicar que delas saem melhores profissionais (MORAES; SANTOS, 2016).

2.2 PROFISSIONAL CONTÁBIL

A contabilidade é uma das ciências mais antigas e complexas que existem. Silva et al. (2011) afirmam que ela existe desde o início da civilização, a partir do momento que o homem sentiu necessidade de controlar seus bens, que naquela época eram rebanhos, ferramentas, entre outros. Ainda em consonância com os autores, há um crescimento dos desafios da profissão contábil, fazendo então com que as pessoas atuantes nessa área sintam a necessidade de atualizarem seus conhecimentos ou, até mesmo, adquirir novos.

Através do Decreto Imperial de nº 4.475, de 1870, fora reconhecida a profissão de Guarda-Livros da Corte, considerada a primeira denominação do profissional contábil e, posteriormente, o mesmo também reconheceu a Associação dos Guarda-Livros da Corte, em todo o território nacional (SILVA et al., 2011).

Destarte, Rodrigues (2009) afirma que o perfil do contador evoluiu e, atualmente, o mesmo é visto como um homem a ser valorizado, acumulando conhecimento e, sabendo que para se ter uma boa remuneração é necessário investir em qualificação, o profissional contábil está em constante estudo e evolução.

Para Rodrigues (2009), o bom profissional contábil ainda deve se preocupar em ser um excelente gerenciador de informações, uma vez que isso o diferenciara dos demais e fará com que ele se destaque no mercado de trabalho. Porém, para isso ele deverá possuir uma visão globalizada do mundo e, também, ser capaz de transformar o seu conhecimento em benefícios para a própria organização.

Fari e Nogueira (2007), dizem que o mercado está exigindo uma posição menos conservadora do contador, espera-se que ele seja capaz de quebrar as antigas regras e que seja um indivíduo dotado de conhecimentos que o torne qualificado para ampliar os horizontes, buscar soluções diferentes para os problemas antigos.

Por fim, Fari e Nogueira (2007) afirmam que há um mercado bastante amplo para o contador, fazendo com que o mesmo tenha diversas áreas de atuação, como: a contabilidade pública, privada, perícia contábil, controladoria, entre diversas outras. Sendo assim, a Contabilidade é considerada uma profissão em desenvolvimento e sempre busca profissionais responsáveis e éticos.

2.2.1 Ética Profissional

Em qualquer sociedade que se observe, sempre serão encontrados conflitos morais em seu interior. Esses conflitos ocorrem a partir do momento em que uma pessoa tem alguma atitude perante alguma circunstância que contraria o que a sociedade em geral considera como padrão de comportamento para aquela situação (SÁ, 2009).

Ainda conforme Sá (2009), os conflitos surgem na esfera profissional, na maioria das vezes por conflito de interesses ou até mesmo por estranheza a algum funcionário e/ou procedimento novo, e tais divergências também podem ocorrer no âmbito pessoal, através do relacionamento interpessoal entre diversos tipos de comunidade.

Destarte, com o passar dos anos, o termo Ética passou a ganhar maior notoriedade no meio profissional, uma vez que entre as diversas áreas de atuação, preza-se que o colaborador seja detentor de condutas éticas, obviamente para o melhor desempenho de suas atividades e, também, melhor relacionamento para com seus colegas de trabalho (ALVES et. al., 2007).

Ao notar-se a importância da Ética aplicada ao âmbito profissional, algumas classes já adotaram o Código de Ética Profissional, principalmente após os escândalos, como no caso Enron, Worldcom, Adelphia que ocorreram nos Estados Unidos (ALVES et. al., 2007). Já no Brasil, em consonância com o mesmo autor, ainda não há legislação que obrigue as classes a

adotarem um Código de Ética Profissional. Entretanto, algumas classes já possuem os seus, como é o caso dos contabilistas, administradores, advogados, entre outros.

Porém, mesmo existindo o Código de Ética para diversas profissões, Oliveira (2012) ressalta que se faz importante compreender que há comportamentos e ações que são comuns a todos os códigos de ética, principalmente no que tange as condutas que são moralmente aceitas perante a sociedade em geral.

Por fim, Silva (2012) diz que, após a parte comum de todos os Códigos de Ética, há ainda a parte específica, na qual serão especificadas as condutas éticas aplicadas a diversas situações que ocorrem rotineiramente no exercício profissional e deverão ser respeitados pelos que nela atuam. Especificamente na contabilidade, já se tem o Código de Ética e o mesmo será tratado no tópico a seguir; tais valores e normas podem ser notados no respectivo Código de Ética Profissional.

2.2.2 Código de Ética Contábil

Barreto (2015) diz que, no ano de 1950, durante V Congresso Brasileiro de Contabilidade que ocorreu na cidade de Belo Horizonte – MG, ocorreu o marco inicial em direção ao Código de Ética Profissional aplicado ao contador, através de um debate que culminou com a primeira codificação de normas que visa orientar a conduta ética dos Contadores e Técnicos em Contabilidade.

Ainda conforme Barreto (2015), logo mais, aproximadamente vinte anos depois, em 1970, o CFC, no intuito de atender as exigências contidas no art. 10 do Decreto-Lei nº 1.040-69, aprovou através da Resolução de nº 290, o Código de Ética Profissional do Contabilista, responsável por informar como deveria ser a conduta dos profissionais dessa área; tal código vigorou por vinte e seis anos.

Já em um terceiro momento, surgiu então o Código de Ética Profissional que vigora até os dias de hoje e fora criado através da Resolução CFC de nº 803, e ele traz como objetivo dar direcionamento quanto à conduta desse profissional na forma de prestar seus serviços à sociedade (BARROS, 2010).

Para o Conselho Federal de Contabilidade (2010), para exercer bem a profissão contábil, deve-se observar doze princípios básicos, sendo eles: a) exercer a profissão com diligência, zelo, honestidade e ser tecnicamente capaz; b) guardar sigilo; c) zelar pela sua competência quanto à orientação dos serviços que se encontram a seu cargo; d) comunicar, ao cliente ou

empregador, em documento reservado, acontecimentos que possam influenciar nas decisões; e) antes de emitir opinião sobre quaisquer casos, inteirar-se de todas as circunstâncias; f) abdicar das funções exercidas, assim que falte confiança por parte do cliente ou empregador; g) caso seja substituído em seu serviço, repassar as informações na íntegra para seu substituto, com o intuito de manter a boa qualidade do serviço; h) manifestar a existência de qualquer impedimento para o exercício da profissão; i) solidarizar-se aos movimentos de defesa da dignidade profissional; j) cumprir os Programas Obrigatórios de Educação Continuada estabelecidos pelo CFC; k) comunicar ao CRC quaisquer alterações cadastrais; e l) auxiliar a fiscalização do exercício profissional.

Por fim, O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) (2010) ainda salienta que, qualquer desvio quanto ao Código de Ética do Profissional Contábil será investigado e, se for o caso, será punido rigorosamente.

3 PROCEDER METODOLÓGICO

3.1 QUANTO AO OBJETIVO

Conforme Gil (2002), as pesquisas quanto aos objetivos podem ser classificadas de três formas, sendo: exploratórias, descritivas e explicativas.

Gil (2002) ainda explica que as exploratórias são aquelas em que o pesquisador busca maior aprofundamento no problema de pesquisa; as descritivas têm por objetivo descrever características e particularidades de uma população ou assunto; e por fim, as explicativas têm, por objetivo principal, determinar as relações de causa e efeito do fenômeno que está sendo investigado.

Dessa forma, a presente pesquisa se classifica como descritiva, visto que analisa a evolução no desempenho do curso de Ciências Contábeis nas Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas, conforme o conceito ENADE.

3.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

Segundo Gil (2002), tratando dos procedimentos, as pesquisas podem se classificar de seis formas diferentes, sendo elas: bibliográfica, documental, de campo, estudo de caso, experimental, de ação ou participante.

Gil (2002) afirma que as pesquisas bibliográficas são baseadas em obras escritas por outros autores já anteriormente publicadas; ainda segundo o autor, a documental busca respostas através de banco de dados; já a pesquisa de campo tem maior profundidade, pois estuda um grupo determinado de pessoas através de entrevistas.

Ainda em consonância com o mesmo autor, o estudo de caso caracteriza-se pela busca de maior aprofundamento e determinado fenômeno ou contexto. Por outro lado, a experimental irá buscar testar várias hipóteses envolvendo grupos de controle e seleção de amostra por técnica probabilística (LAKATOS; MARCONI, 2003). Já a pesquisa de ação envolve outros interessados além do pesquisador, e geralmente é realizada por interesse de entidades governamentais ou privadas, a fim de coletar dados para melhor conhecer determinados fenômenos (FONSECA, 2012).

A presente pesquisa se classifica como bibliográfica, bem como a classificação de livros para elaboração do referencial teórico, uma vez que a coleta de dados se deu através de relatórios referentes ao ENADE, divulgados pelo INEP.

3.3 QUANTO AO MÉTODO DE ABORDAGEM

Tratando-se da classificação quanto à abordagem do problema de pesquisa, Lakatos e Marconi (2003) dizem que um projeto pode ser classificado de duas formas: Qualitativo ou Quantitativo. Ainda, conforme os mesmos autores, a pesquisa qualitativa pode ser conceituada como aquela descritiva, em que as informações obtidas não podem ser transformadas em números e os dados coletados serão analisados de forma particular. Já a pesquisa quantitativa trata de uma tipologia que busca coletar os dados e, posteriormente, serão quantificadas as opiniões e informações para serem classificadas.

Sendo assim, a pesquisa classifica-se como quantitativa e buscará analisar, de forma individual, a evolução no desempenho do curso de Ciências Contábeis nas Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas conforme o ENADE.

3.4 QUANTO À TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Gil (2002) diz que se tratando da coleta de dados, as pesquisas se classificam de duas formas, sendo elas: indireta e direta.

No método indireto, a coleta de dados é realizada de forma bibliográfica, em material que já havia sido publicado por alguém; já a direta parte da observação e entrevistas para coleta de dados, sendo realizada através de formulários, questionários, entre outros tipos de testes, e aplicados diretamente ao grupo de pessoas analisadas (GIL, 2002).

A pesquisa utilizou-se do método de coleta de dados indireta, pois está voltada a pesquisa bibliográfica realizada através da busca nos relatórios “Resultados ENADE” nos anos de 2006, 2009, 2012 e 2015, divulgados pelo INEP e encontrados no site <www.inep.gov.br/enade>. A partir dos dados coletados nos relatórios “Resultados ENADE” em acesso ao site realizado no dia 09 de março de 2017, foram elaboradas as tabelas e os gráficos constantes da presente pesquisa com o objetivo de solucionar o problema de pesquisa proposto.

3.5 POPULAÇÃO, AMOSTRA, PERÍODO DE COLETA DE DADOS E INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A população é composta por todas as Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas do curso de Ciências Contábeis, reconhecidas pelo MEC, sendo que os relatórios “Resultados ENADE”, utilizados como fonte da pesquisa, foram gerados no ano de 2006, a partir da pesquisa feita com 138 Públicas e 632 Privadas; em 2009, com 126 Públicas e 776 Privadas; em 2012, com 130 Públicas e 735 Privadas; e em 2015, com 148 Públicas e 896 Privadas, somando um total de 3581 sendo a amostra corresponde ao total da população.

3.6 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para responder ao problema de pesquisa, elaborou-se o instrumento de coleta de dados para que o mesmo pudesse ser preenchido. Esse instrumento é composto por 7 itens que foram respondidos observando os relatórios de desempenho divulgados pelo INEP. Tal ferramenta pode ser vista no Quadro 1:

QUADRO 1 – Instrumento de coleta de dados

VARIÁVEL	MÉTODO DE PREENCHIMENTO
Ano do ENADE	2006, 2009, 2012 ou 2015
Dependência Administrativa	Pública ou Privada
Área	Ciências Contábeis
Quantidade de universidades Públicas (conceito ENADE)	Será preenchido de acordo com relatórios do INEP
Quantidade de universidades Privadas (conceito ENADE)	Será preenchido de acordo com relatórios do INEP
Desempenho Públicas	Será preenchido de acordo com relatórios do INEP
Desempenho Privadas	Será preenchido de acordo com relatórios do INEP

Fonte: Elaborado pela autora (2016), adaptado de Nicolini et al. (2014).

Todos os dados levantados foram utilizados em planilhas Excel, para a construção de tabelas e gráficos que visam demonstrar as diferenças entre as instituições públicas e as privadas.

Através do instrumento de coleta de dados, as informações foram separadas e os dados confrontados, e a partir da análise dos resultados, verificou-se a diferença no desempenho do

curso de Ciências Contábeis nas Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas, atingindo-se assim, o objetivo geral da pesquisa.

4 RESULTADO E DISCUSSÕES

Nesse tópico, são apresentados os resultados da pesquisa mediante a metodologia empregada.

4.1 INSTITUIÇÕES DE ENSINO

A tabela 1 demonstra a quantidade de instituições públicas e privadas que foram pesquisadas para a presente pesquisa.

TABELA 1 – Quantidade de Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas

Instituições de Ensino Superior (IES)								
IES	Enade 2006	%	Enade 2009	%	Enade 2012	%	Enade 2015	%
Públicas	138	17,92	126	13,96	130	15,02	148	14,17
Privadas	632	82,08	776	86,04	735	84,98	896	85,83

Fonte: Elaborada pela autora com base na pesquisa desenvolvida (2017).

Verifica-se na tabela 1 que, no ano de 2006, 17,92% do total das instituições cadastradas eram Públicas e 82,08% Privadas, sendo que esses percentuais passaram a ser, em 2015, de 14,17% para as instituições Públicas e 85,83% para as Privadas.

Observa-se também uma redução no percentual de participação das instituições Públicas entre 2006 a 2015, caindo de 17,92% para 14,17%, demonstrando um decréscimo de 20,92% no índice de participação, apesar da quantidade numérica de instituições terem aumentado de 138 para 148 unidades.

Tal fato decorre do acréscimo ocorrido na quantidade de instituições Privadas no mesmo período, saindo de 632 para 896 unidades, o que representa uma evolução de 82,08% em 2006 para 85,83% em 2015, resultando num acréscimo de 4,56% de participação das instituições Privadas em relação ao total.

4.2 DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES NO ENADE

Na tabela 2 é demonstrado o desempenho das Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas, conforme os resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

TABELA 2 - Desempenho das Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas

Conceito do Enade								
Conceito Enade Faixa	Enade 2006		Enade 2009		Enade 2012		Enade 2015	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
1	1	8	3	13	3	12	6	25
2	21	142	16	201	20	218	25	310
3	40	236	43	304	52	338	41	390
4	37	68	34	84	42	138	58	130
5	13	2	19	13	9	22	16	27
SC	26	176	11	161	4	7	2	14
Total	138	632	126	776	130	735	148	896

Fonte: Elaborada pela autora com base na pesquisa desenvolvida (2017).

Observa-se na tabela 2 que o total de instituições Públicas cadastradas sofreu pouca variação nos quatro exames do ENADE sob análise, tendo sido 138 em 2006, 126 em 2009, 130 em 2012 e 148 em 2015. Percebe-se também um baixo índice de oscilação nas quantidades de instituições Públicas por faixa de conceito do ENADE, demonstrando relativa homogeneidade no desempenho das mesmas.

Com relação às instituições Privadas, extrai-se da tabela 2 um aumento na quantidade de instituições de 632 em 2006 para 896 em 2015, fato que representou um crescimento de 41,77%. Denota-se ainda que, no ENADE de 2006 e no de 2009, 176 e 161 instituições Privadas, respectivamente, foram avaliadas como Sem Conceito, e, nos exames seguintes, 2012 e 2015, esses números passaram a ser de 7 e 14, respectivamente.

Na tabela 2, têm-se a quantidade de instituições classificadas como Sem Conceito. Essa classificação é atribuída às instituições que não reúnem condições para estabelecer o cálculo do indicador. Como exemplo, pode-se citar os casos em que menos de dois estudantes concluintes selecionados participam da prova (INEP, 2017).

4.2.1 Desempenho das Públicas

Na tabela 2, verifica-se a quantidade de instituições Públicas classificadas nos conceitos 1, 2 e 3, que se manteve relativamente estável nos resultados apurados nos exames do ENADE de 2006, 2009, 2012 e 2015, com as quantidades de, 62 em 2006, 62 em 2009, 75 em 2012 e 72 em 2015.

Neste sentido, quanto aos conceitos 1, 2 e 3, verifica-se que os percentuais foram de 44,92% do total das 138 instituições avaliadas em 2006; 49,2% do total das 126 avaliadas em 2009; 57,69% do total das 130 instituições avaliadas em 2012 e 48,64% do total das 148 avaliadas em 2015. Desse modo, conclui-se que, praticamente 50% das instituições Públicas, mantiveram-se na faixa de conceito entre 1, 2 e 3 ao longo dos períodos em análise.

Com relação à participação no nível de desempenho compreendido nos conceitos 4 e 5, a tabela 2 demonstra que nos exames do ENADE de 2006, 2009, 2012 e 2015, o número de instituições que atingiram essa classificação se manteve praticamente inalterado nos três primeiros exames, tendo sido de 50 instituições em 2006, 53 em 2009 e 51 em 2012, subindo para 74 em 2015.

Sendo assim, é importante ressaltar que as 50 instituições classificadas nos níveis 4 e 5 no ENADE de 2006 representaram 36,23% do total de 138 instituições avaliadas à época, e que as 74 instituições classificadas no ENADE de 2015, representaram 50% do total de 148 instituições avaliadas com conceito 4 e 5. Dessa forma, fica evidente o aumento ocorrido nos referidos conceitos das instituições Públicas no período entre 2006 a 2015, na razão de 38%.

4.2.2 Desempenho das Privadas

Percebe-se, na tabela 2, que a quantidade de instituições Privadas que obtiveram os conceitos 1, 2 e 3, nos exames do ENADE de 2006, 2009, 2012 e 2015, não cresceu proporcionalmente ao aumento da quantidade de instituições pesquisadas em cada exame.

Verifica-se que em 2006, das 632 instituições cadastradas, 386 foram avaliadas com o conceito entre 1, 2 e 3, representando 61,07% do total.

No ano de 2009, nota-se que a quantidade total de instituições aumentou para 776 e a quantidade de instituições avaliadas com o conceito entre 1, 2 e 3, fora de 518, representando 66,75% do total.

Denota-se na tabela 2 uma redução para 735 no número de instituições pesquisadas em 2012. No entanto, apesar da queda na quantidade total, ocorreu uma elevação para 568 unidades na quantidade de instituições que receberam conceito entre 1, 2 e 3, representando 77,27% do total. Ou seja, uma evolução de 15,76% no índice percentual em comparação ao resultado apresentado no ENADE de 2009.

Ainda com relação às instituições classificadas com conceito entre 1, 2 e 3, a tabela 2 demonstra que em 2015 foram pesquisadas 896 instituições, revelando um aumento de 21,9% em relação à quantidade de instituições pesquisadas em 2012. Vê-se também, que 725 instituições foram avaliadas nesta faixa de conceito, representado 80,91% do total.

Com relação à participação no nível de desempenho compreendido nos conceitos 4 e 5, a tabela 2 demonstra que, no exame de 2006, 70 instituições atingiram essa classificação, representando 6,32% do total de 632 instituições cadastradas à época e que, em 2009, 97 instituições de um total de 776 cadastradas, atingiram o mesmo nível de desempenho, resultando num percentual de 12,5% do total.

Na pesquisa de 2012, segundo dados da tabela 2, 160 instituições figuram nos conceitos 4 e 5, de um total de 735 instituições cadastradas, representando 21,76%. Ressalta-se que no ano de 2009 a quantidade de instituições era de 776 e que 12,5% (97 instituições) receberam os conceitos 4 e 5. Portanto, apesar da redução de 5,28% na quantidade de instituições cadastradas, aconteceu um crescimento da ordem de 74,08% no índice do percentual de participação das instituições nos conceitos 4 e 5.

Percebe-se na tabela 2 que 157 instituições figuram na faixa de conceito 4 e 5 no ENADE de 2015, representando 17,52% do total de 896 instituições pesquisadas. Diante disso, considera-se relevante observar a evolução ocorrida em relação aos dados levantados na pesquisa de 2006, quando o número total de instituições pesquisadas era de 632, sendo que 70 delas receberam o conceito 4 e 5, o que representava 11,07% do total. Ou seja, dos números apresentados, extrai-se que, de 2006 para 2015, ocorreu um aumento proporcional à quantidade de instituições pesquisadas, de 58,26% no percentual de participação na referida faixa de conceito.

4.2.3 Comparação do desempenho das Públicas X Privadas

A tabela 3 demonstra a comparação em percentuais do desempenho das instituições Públicas e Privadas.

TABELA 3 – Comparação do desempenho das instituições Públicas X Privadas

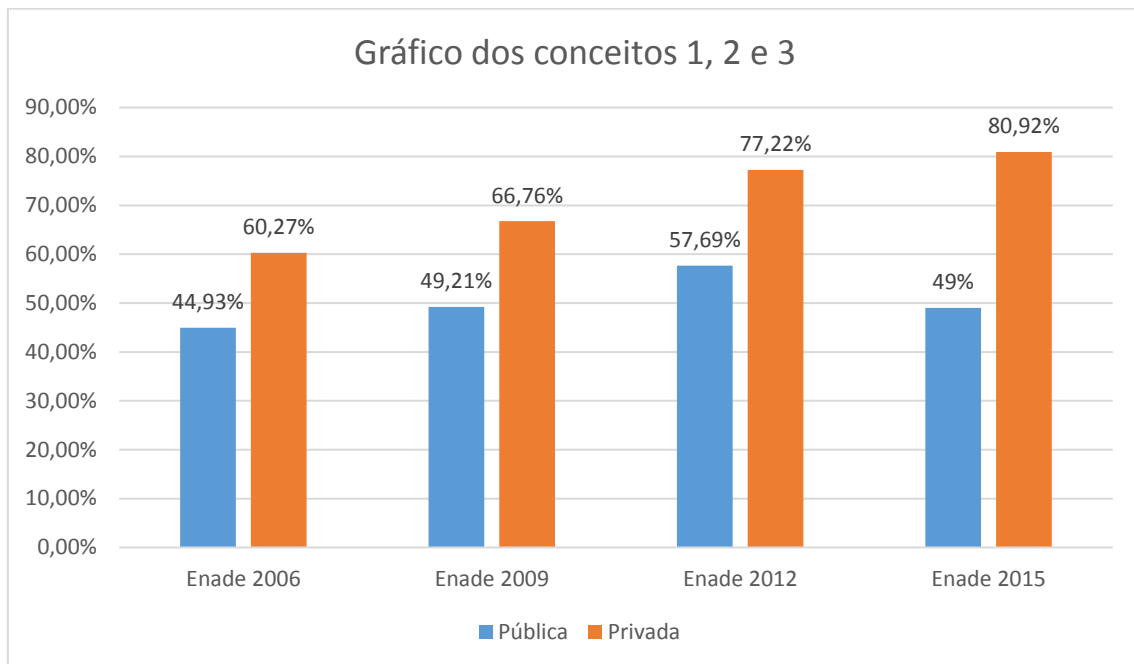
Percentual de comparação do desempenho das Intituições Publicas e Privadas								
Conceito	Enade 2006		Enade 2009		Enade 2012		Enade 2015	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
1	0,72%	1,27%	2,38%	1,68%	2,31%	1,63%	4,00%	2,79%
2	15,22%	22,00%	12,70%	25,90%	15,38%	29,66%	17,00%	34,60%
3	28,99%	37,00%	34,13%	39,18%	40,00%	45,99%	28,00%	43,53%
4	26,81%	11,00%	26,98%	10,82%	32,31%	18,78%	39,00%	14,51%
5	9,42%	0,32%	15,08%	1,68%	6,92%	2,99%	11,00%	3,01%
SC	18,84%	28,00%	8,73%	20,75%	3,08%	0,95%	1,00%	1,56%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborada pela autora com base na pesquisa desenvolvida (2017).

Da análise da tabela 3, percebe-se que as instituições Públicas apresentaram melhor desempenho do que as Privadas, conforme os resultados apresentados nos exames do ENADE de 2006, 2009, 2012 e 2015. Para corroborar com essa construção, os tópicos seguintes apresentam análises comparativas do desempenho das instituições, elaboradas com base nas faixas de conceito do ENADE a partir da tabela 3.

4.2.3.1 Análise referente à faixa de conceitos 1, 2 e 3

O gráfico 1 demonstra a análise comparativa do desempenho das instituições Públicas e Privadas na faixa de conceito 1, 2 e 3.

GRÁFICO 1 – Análise comparativa do desempenho das instituições Públicas e Privadas

Fonte: Elaborada pela autora com base na pesquisa desenvolvida (2017).

Nota-se no gráfico 1, que no ENADE de 2006, as instituições Públicas participam no conceito 1, 2 e 3, com 44,93% do total de suas instituições cadastradas, enquanto as Privadas encontram-se com 60,27% de participação nesse mesmo conceito.

Verifica-se no ENADE de 2009, nos conceitos 1, 2 e 3, que as instituições Públicas apresentam um percentual de participação de 49,21%, ao passo que as Privadas estão com o percentual de 66,76%, o que demonstra uma elevação no índice de participação de ambas as instituições em comparação com os resultados apurados no ENADE de 2006.

Percebe-se no gráfico 1, de acordo com os dados do ENADE de 2012, que as instituições Públicas e Privadas apresentam aumento em seus índices de participação na faixa de conceito 1, 2 e 3, em comparação com os dados constantes dos exames do ENADE de 2006 e 2009, sendo que no exame de 2012, as Públicas estão com 57,69% de participação e as Privadas com 77,22%.

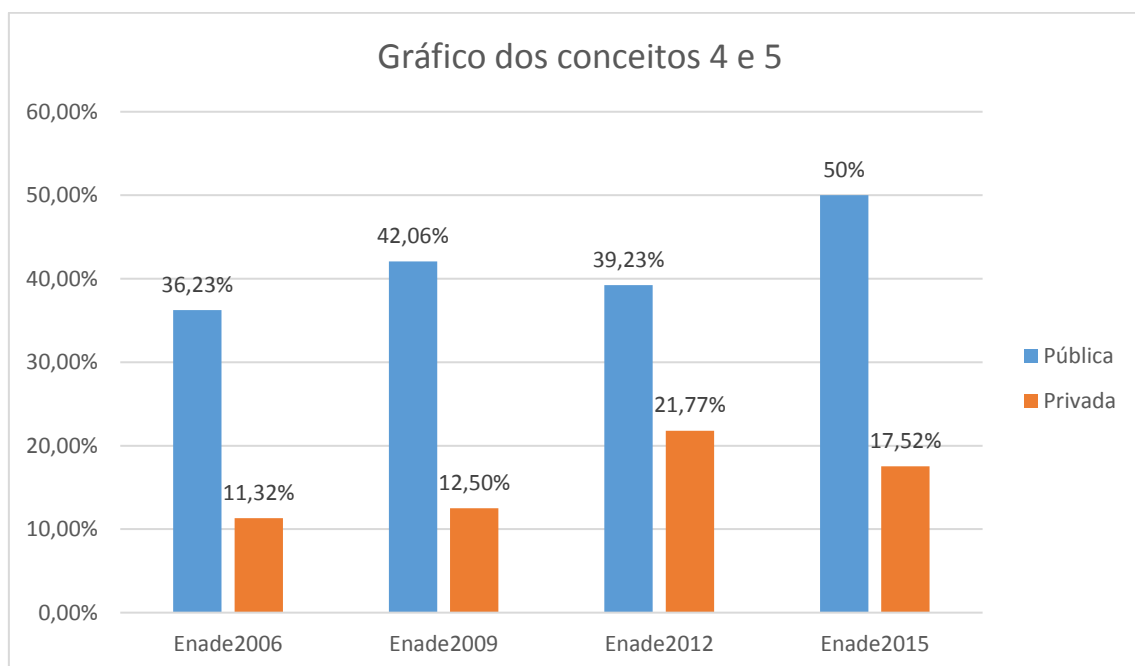
A partir dos dados apresentados no gráfico 1 relativos à faixa de conceitos 1, 2 e 3, observa-se que no ENADE de 2015 as instituições Públicas, com 49% de participação, obtêm praticamente o mesmo percentual de participação demonstrado no exame de 2009, enquanto as Privadas, apresentam um aumento em seu percentual de participação comparado aos exames de 2006, 2009 e 2012, sendo de 80,92%.

Sendo assim, na média, 50,2% das instituições Públicas estão no conceito 1, 2 e 3, ao passo que 71,29% das instituições Privadas estão na mesma faixa de conceito.

4.2.3.2 Análise referente à faixa de conceitos 4 e 5

O gráfico 2 apresenta a análise comparativa do desempenho das instituições, Públicas e Privadas, na faixa de conceito 4 e 5

GRÁFICO 2 - Análise comparativa do desempenho das instituições Públicas e Privadas



Fonte: Elaborada pela autora com base na pesquisa desenvolvida (2017).

Observa-se no gráfico 2, que no ENADE de 2006, 36,23% das instituições Públicas foram avaliadas com o conceito 4 e 5; quando comparado às Privadas, seu percentual resultou em 11,32% no mesmo conceito.

No ENADE de 2009, 42,06% do total das instituições Públicas participaram da faixa de conceitos 4 e 5 e 12,50% do total das instituições Privadas receberam a mesma classificação no referido exame.

O gráfico 2 demonstra que no ENADE de 2012, as instituições Públicas continuaram a apresentar um percentual de participação superior, comparado ao das Privadas, que fora apresentado nos exames de 2006 e 2009, sendo que, no exame de 2012, o percentual das Públicas foi de 39,23% e o percentual das Privadas de 21,77%.

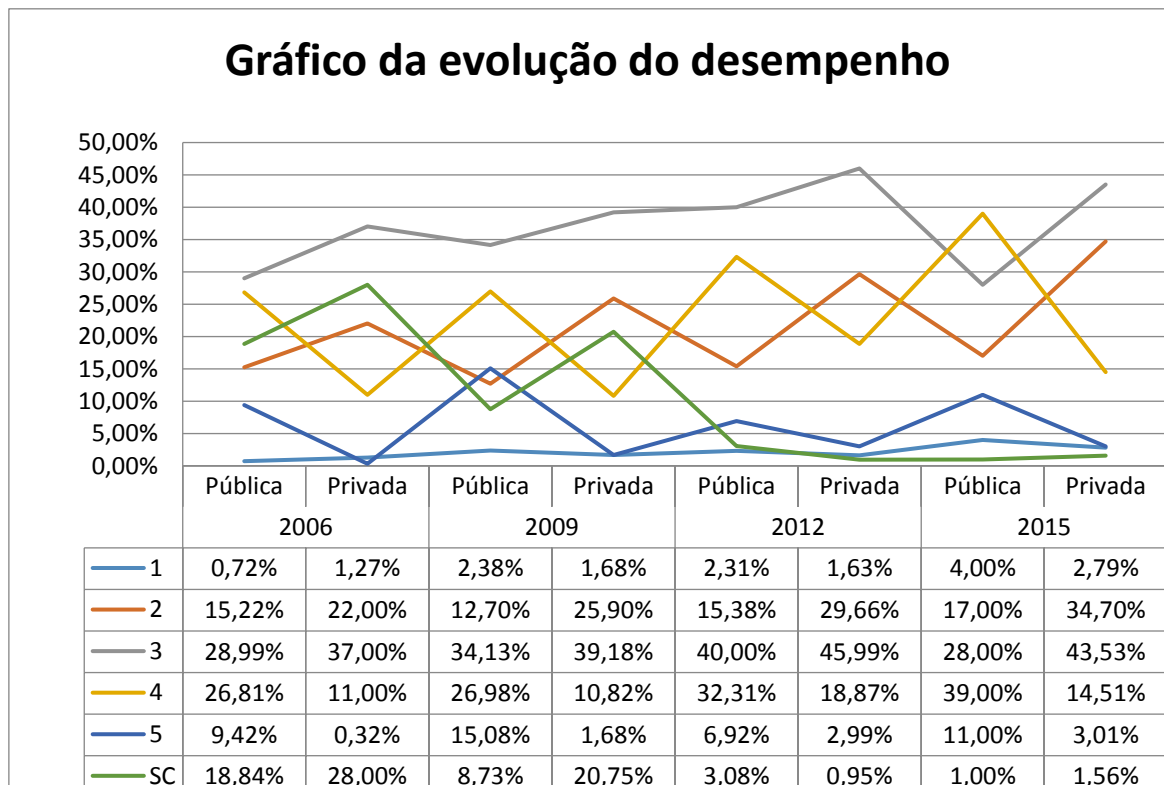
No ano de 2015, 50% do total das instituições públicas participaram dos conceitos 4 e 5, enquanto 17,52% das instituições Privadas receberam a mesma classificação. Ou seja, o gráfico 2, em 2015, demonstra um crescimento do percentual de participação das instituições Públicas em relação as Privadas, comparando-se com os dados do ENADE de 2012.

Conclui-se que, na média, 41,88% das instituições Públicas estão no conceito 4 e 5, enquanto que, 15,77% das instituições Privadas se encontram no mesmo conceito.

4.2.3.3 Evolução das Instituições Públicas e Privadas

O gráfico 3 demonstra a evolução do desempenho das instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas conforme os resultados constantes nos exames do ENADE de 2006, 2009, 2012 e 2015.

GRÁFICO 3 – Evolução do desempenho das instituições Públicas e Privadas



Fonte: Elaborada pela autora com base na pesquisa desenvolvida (2017).

O gráfico 3 demonstra a evolução do desempenho das instituições Públicas e Privadas a partir de cada nota de conceito, demonstrando a trajetória ao longo dos exames aplicados no ENADE realizados em 2006, 2009, 2012 e 2015.

Dessa maneira, para melhor compreensão, passa-se à seguinte análise do gráfico: analisando a participação das instituições de ensino no conceito 1, verifica-se que as Públicas figuram com 0,72% no ano de 2006 e que em 2015 esse percentual aumentou para 4%, representando, assim, uma piora na evolução do seu desempenho. Quanto às instituições Privadas, também se constata uma piora na evolução do desempenho, pois, no ENADE de 2006, o percentual de participação foi de 1,27% e no ENADE de 2015 aumentou para 2,79%.

No conceito 2, as Públicas aparecem com o menor percentual de participação no ENADE de 2009, que foi de 12,7% e o maior percentual em 2015, de 17%, demonstrando uma piora na evolução do seu desempenho. Quanto às instituições Privadas, elas apresentaram o seu menor percentual de participação em 2006, que foi de 22% e o seu maior percentual em 2015, que foi de 34,7%, resultando também em uma piora na evolução do desempenho.

Quanto ao conceito 3, observa-se a ocorrência de uma oscilação no desempenho das instituições Públicas, as quais apresentam seus menores percentuais de participação nesse conceito nos exames do ENADE de 2006 e 2015, que foram de 28,99% e 28% respectivamente, e suas maiores participações nos anos de 2009 e 2012, que foram de 34,13% e 40% respectivamente. Já as instituições Privadas, apresentam uma estabilidade relativa em seus percentuais de participação neste conceito nos exames de 2006 e 2009, que foi de 37% e 39% respectivamente, sendo que em 2012, teve o seu maior percentual de participação, que foi de 45,99%. No exame ENADE de 2015, verifica-se um decréscimo no percentual para 43,53% de participação, concluindo-se que o melhor desempenho das Privadas acontece no ENADE de 2012.

Com relação ao conceito 4, as instituições Públicas apresentam praticamente o mesmo nível de desempenho nos exames do ENADE de 2006 e 2009, com percentuais de participação de 26,81% e 26,98% respectivamente, passando a demonstrar uma evolução gradativa a partir do ENADE de 2012, com o percentual de 32,31%, sendo que no exame de 2015, apresenta o seu melhor desempenho neste conceito, com o percentual de 39%. As instituições Privadas figuram com 11% de participação no ano de 2006, passando em 2009 para 10,82%, demonstrando estabilidade de desempenho nos dois exames. Em 2012 atingem o seu melhor desempenho, com o percentual de 18,87%, enquanto que no exame de 2015 ocorre uma queda no desempenho, no qual sua participação fora de 14,51%.

Denota-se no conceito 5 que as Públicas figuram com 15,08% no ano de 2009 e que, em 2012, esse percentual caiu para 6,92%, representando, assim, uma piora na evolução do seu desempenho. Quanto às instituições Privadas, constata-se uma evolução do desempenho, pois

no ENADE de 2006 o percentual de participação foi de 0,32% e no ENADE de 2015 aumentou para 3,01%.

Concluindo a análise do gráfico 3 sobre os resultados dos exames do ENADE de 2006, 2009, 2012 e 2015, deduz-se que as instituições Públicas apresentam, na média, melhor desempenho do que as Privadas, uma vez que nos conceitos 1, 2 e 3, as Públicas figuram com 50,2% de participação e as Privadas 71,33%, enquanto nos conceitos 4 e 5, as Públicas aparecem com maior média de participação do que as Privadas, sendo de 41,88% para as Públicas e 15,8% para as Privadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do ano de 2004, o INEP adotou uma nova forma de avaliação dos acadêmicos do ensino superior, chamado então de Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que passou a ser um indicador de qualidade cujo objetivo principal é avaliar o desempenho dos discentes do ensino superior (BRASIL, 2011a).

Como objetivos principais, o ENADE apresenta os seguintes: medir o nível de aprendizado dos discentes, e avaliar também o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional que fora adquirido pelo acadêmico. Como objetivo secundário, o ENADE busca também avaliar a qualidade dos cursos e das instituições de todo o Brasil (BRASIL, 2011a).

Destarte, o intuito deste estudo em específico fora avaliar a diferença no desempenho do curso de Ciências Contábeis nas Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas, com ótica aos resultados obtidos no ENADE nas edições de 2006, 2009, 2012 e 2015.

Quanto ao tipo de instituição, verifica-se que no ano de 2006, 17,92% do total eram Públicas, enquanto 82,08% Privadas. Já em 2015, esses percentuais alteraram-se, sendo 14,17% de instituições Públicas e 85,83% Privadas. Sendo assim, verifica-se uma queda em percentual nas organizações públicas, porém, isso não significa que houve diminuição no número de unidades. Nesse caso em específico, essa redução no percentual ocorreu pelo fato do crescimento das Privadas, que foi superior às Públicas.

Tratando-se da análise comparativa das instituições com conceito 1, notou-se uma piora tanto nas Públicas, quanto nas Privadas. No ano de 2006, as Públicas figuram com 0,72% de polos nesse conceito, já em 2015, esse percentual aumentou para 4%; da mesma forma ocorreu nas Privadas, porém não tão acentuada, onde em 2006, o percentual de participação foi de 1,27% e no ENADE de 2015 aumentou para 2,79%. Quanto ao conceito 2, se comparando os anos de 2009 e 2015, nas Públicas notou-se que também houve piora no desempenho, indo da participação de 12,7% para 17%. Da mesma forma ocorreu com as Privadas, comparando os anos de 2006 e 2015, notou-se um aumento da representatividade de 22% para 34,7%.

Em relação ao conceito 3, observa-se a ocorrência de uma oscilação no desempenho das instituições Públicas, as quais apresentam seus menores percentuais de participação nesse conceito nos exames do ENADE de 2006 e 2015, que foram de 28,99% e 28% respectivamente,

e suas maiores participações nos anos de 2009 e 2012, que foram de 34,13% e 40% respectivamente. Já nas instituições Privadas, notou-se uma estabilidade relativa em seus percentuais de participação neste conceito nos exames de 2006 e 2009, que foi de 37% e 39% respectivamente, sendo que em 2012 teve o seu maior percentual de participação, que foi de 45,99% e em 2015 foi de 43,53% de participação, concluindo-se que o melhor desempenho das Privadas acontece no ENADE de 2012.

Com ótica ao conceito 4, as instituições Públicas apresentaram evolução em todos os anos, passando de 26,81 em 2006 para 39% em 2015. Já as instituições Privadas figuram com 11% de participação no ano de 2006, passando em 2009 para 10,82%, demonstrando estabilidade de desempenho nos dois exames e, em 2012, atingem o seu melhor desempenho, com o percentual de 18,87%, enquanto que no exame de 2015 novamente ocorreu uma queda, indo para 14,51%, porém, mesmo assim, ficou acima de 2006 e 2009.

Tratando-se do conceito 5, quanto às instituições Públicas, observou-se uma oscilação na participação nessa faixa de conceito, porém, comparando-se os anos de 2006 e 2015, notou-se uma melhora, partindo de 9,42% para 11,00%. Notou-se também evolução nas Privadas, saindo de 0,32% em 2006 para 3,01% em 2015.

Portanto, a partir dos resultados encontrados no presente estudo, conclui-se que, nas faixas de conceitos 1, 2 e 3 as instituições Públicas apresentam na média melhor desempenho do que as Privadas, uma vez que figuram com 50,2% de participação e as Privadas 71,33%. Quanto aos conceitos 4 e 5, as Públicas voltam figura à frente das Privadas, sendo 41,88% contra 15,8%. Sendo assim, através das análises realizadas é possível afirmar que as instituições Públicas possuem melhor desempenho que as Privadas.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. J. S.; LISBOA, N. P.; WEFFORT, E. F. J.; ANTUNES, M. T. P. Um estudo empírico sobre a importância do código de ética profissional para o contabilista. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 18, p. 58-68, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34224/36956>>. Acesso em: 31/05/2017.

BARRETO, L. M. S. F. Formação ética do profissional de contabilidade. *Revista Eletrônica da FANESE*, vol. 4, n. 1, set. 2015. Disponível em: <<http://app.fanese.edu.br/revista/wp-content/uploads/ARTIGO-13-Luciana-TEXTO-%C3%89TICA.pdf>>. Acesso em: 31/05/2017.

BARROS, M. F. R. *A ética no exercício da profissão contábil*. 2010. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo horizonte, 2010. Disponível em: <http://sinescontabil.com.br/monografias/trab_profissionais/rosiane.pdf>. Acesso em: 31/05/2017.

BITTENCOURT, Hélio Radke et al. Uma análise da relação entre os conceitos Enade e IDD. *Estudos em Avaliação Educacional*, Fundação Carlos Chagas, v. 19, n. 40, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1439/1439.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE*. Brasília, DF: INEP/MEC, 2011a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/enade>>. Acesso em: 06 out. 2016.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Relatório síntese – Ciências Contábeis*. Brasília, DF: INEP/MEC, 2012. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2012/2012_rel_ciencias_contabeis.pdf>. Acesso em: 06 out. 2016.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Resumo técnico: censo da educação superior de 2009*. Brasília, DF: INEP/MEC, 2010. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico_2009.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Sinaes*. Brasília, DF: INEP/MEC, 2011b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>>. Acesso em: 15 out. 2016.

CACETE, Núria Hanglei. Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1061-1076, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v40n4/aop1109.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

CITTADIN, Andréia; RITTA, Cleyton de Oliveira. O desempenho dos estudantes ingressantes e concluintes dos cursos de Ciências Contábeis das universidades de Santa Catarina nas questões pertinentes à Contabilidade de custos na prova Enade 2006. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, Florianópolis, v. 9, n. 25, p. 47-64, dez./mar. 2010. Disponível em: <<http://revista.crcsc.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/CRCSC/article/view/1092>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. *Abordagens éticas para o profissional contábil*. Brasília, CFC, 2003. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/livro_abord_etica-pdf.pdf>. Acesso em: 31/05/2017.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. *Resolução CFC nº 803*, de 10 de outubro de 1996. Aprova o Código de Ética Profissional do Contador – CEPC 2010. Disponível em: <cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_803.doc>. Acesso em: 31/05/2017.

CORBUCCI, Paulo Roberto; KUBOTA, Luiz Claudio; MEIRA, Ana Paula Barbosa. Evolução da educação superior privada no Brasil: da reforma universitária de 1968 à década de 2010. *Radar*, n. 46, ago. 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7066/1/Radar_n46_evolu%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2016.

COSTA, Célio Juvenal; COCHIA, Camilla Barreto Rodrigues. A expansão do ensino superior no Brasil e a educação a distância: instituições públicas e privadas. *Revista Teoria e Prática da Educação*, v. 16, n. 1, p. 21-32, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://ojs.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/23756/pdf_2>. Acesso em: 10 nov. 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151- 204.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O público e o privado na educação brasileira contemporânea: posições e tendências. *Caderno de Pesquisa*, n. 81, p. 33-44, maio 1992. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/988>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

DAFLON, Verônica Toste; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 148, p. 302-327, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/261/276>>. Acesso em: 3 nov. 2016.

DIAZ, Maria Dolores Montoya. Efetividade no ensino superior brasileiro: aplicação de modelos multinível à análise dos resultados do exame nacional de cursos. *Revista Economia*, Brasília, DF, v. 8, n. 1, p. 93-120, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://anpec.org.br/revista/vol8/vol8n1p93_120.pdf>. Acesso em: 15 out. 2016.

- FARI, M. A.; NOGUEIRA, V. Perfil do profissional contábil: relações entre formação e atuação no mercado de trabalho. *Perspectiva Contemporâneas*, Campo Mourão, v. 2, n. 1, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/389/183>>. Acesso em: 31/05/2017
- FONSECA, João José Saraiva da. *Metodologia da pesquisa científica*. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012. Apostila. 127 p. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2016.
- FRANCO, Alexandre de Paula. Ensino Superior no Brasil: cenário, avanços e contradições. *Jornal de Políticas Educacionais*, n. 4, p. 53-63, jul./dez. 2008. Disponível em: http://www.jpe.ufpr.br/n4_6.pdf>. Acesso em: 15 out. 2016.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- JAHN, Filipe. O ensino médio e seus caminhos. *Revista Educação*, set. 2011. Disponível em: <<http://www.revistaeducacao.com.br/o-ensino-medio-e-seus-caminhos/>>. Acesso em: 15 out. 2016.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LIGIERA, Wilson Ricardo. *A importância do ENADE para o futuro profissional*. Faculdade Vale do Salgado, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.fvs.edu.br/enade>>. Acesso em: 11 nov. 2016.
- LIMA, José Fernandes; RAMOS, Mozart Neves. Os desafios da educação superior para a próxima década. *Observatório do PNE*, 1 out. 2013. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/12-ensino-superior/analises/os-desafios-da-educacao-superior-para-a-proxima-decada>>. Acesso em: 15 out. 2016.
- MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. *Acta Cirúrgica Brasileira*, v. 17, supl. 3, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/acb/v17s3/15255.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2016.
- MORAES, Alessandra Ribeiro de; SANTOS, Mikaelly Nayara. Formação e atuação do Tecnólogo em Gestão Ambiental: uma análise do conteúdo do Exame Nacional de Desempenho (ENADE) e de concursos públicos em relação à matriz curricular do curso da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. *Ambiência - Revista do Setor de Ciências Agrárias e Ambientais*, v. 12, n. 2, maio/ago. 2016. Disponível em: <<http://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/3174>>. Acesso em: 14 out. 2016.
- NICOLINI, Alexandre Mendes et al. Desempenho dos cursos de bacharelado em administração no Brasil: uma análise dos resultados no exame nacional de desempenho (ENADE) em 2006, 2009 e 2012. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 14, 2014, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, SC: CIGU, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131785/2014-161.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

OLIVEIRA, Antônio Roberto. *Ética Profissional*. Disponível em: <http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos/ifpa/tecnico_metalurgica/etica_profissional.pdf> Acesso em: 31/05/2017.

POLIDORI, Marlis Morosini; MARINHO-ARAÚJO, Claisy M.; BARREYRO, Gladys Beatriz. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p. 425-436, out./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n53/a02v1453.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

RODRIGUES, A. K. S. *O profissional contábil e as exigências do mercado de trabalho no município de Juína*. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Curso de Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena, Juína, 2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia_20110809162110.pdf>. Acesso em: 31/05/2017.

SAMPAIO, Helena. *Setor privado de ensino superior no Brasil: crescimento, mercado e Estado entre dois séculos*. Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas da Universidade de São Paulo, 2013. Relatório. 26 p. Disponível em: <http://www.nupps.usp.br/downloads/relatório_2013/Anexo_44_Texto%20para%20Livro%20Maria%20Ligia%20Barbosa.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

SÁ, A. L. *Ética profissional*. 9. ed., São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: <<https://psicologiaunicsul.files.wordpress.com/2013/02/c3a9tica-profissional.pdf>>. Acesso em: 31/05/2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. *Educar*, Curitiba, n. 31, p. 73-89, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a06>>. Acesso em: 15 out. 2016.

SILVA, Édson Gonzague Brito da. *Ética Profissional*. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/arquivos/File/guarapuava/eudcacao_profissional/etica_prof2.pdf> Acesso em: 31/05/2017.

SILVA, B. A. C.; CARRARA, E. O.; ALVES, F. C.; SILVA, I. C.; PINTO JUNIOR, M. L.; MORAES, M. R. *Profissão contábil: estudo das características e sua evolução no Brasil*. 2011. Disponível em: <<http://www.manoel.pro.br/ProfissaoContabil-I-3e4.pdf>>. Acesso em: 31/05/2017.

SILVA, Gustavo Javier Castro da; SILVA, Cléa de Lima e. Avaliação do ensino superior no Brasil: o sinais sob holofotes! *Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros*, ano 3, edição n. 7, 2012. Disponível em: <<http://institutoprocessus.com.br/2012/wp-content/uploads/2012/07/11%C2%BA-artigo-Gustavo-Castro.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

SIMÃO, Jussara Aparecida et al. Enade, e eu com isso? estudo de caso no curso de administração da faculdade casa do estudante. *Revista Eletrônica FACE*, 2014. Disponível em: <<http://www.facefaculdade.com.br/arquivos/revistas/Enade.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

SIMÕES, Franciedia Santos. *Microempreendedor Individual: uma análise sobre a importância da contabilidade para o crescimento e consolidação do empreendimento em*

Caicó RN. 2015. 52 f. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, RN, 2015. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/1883/6/Microempreendedorindividual_Monografia_Sim%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

VENTURINI, Angela Maria; SILVA, Artur de Moraes. Inep e Sinaes: uma reflexão em torno da política para o ensino superior do aparelho de estado brasileiro na atualidade. *Democratizar*, v. 6, n. 2, ago./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.lapeade.com.br/publicacoes/artigos/democratizar-2012%202.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.